

Arrecadação garante a autonomia de Brasília

Em outubro, Brasília conquista sua autonomia política plena, com a primeira eleição direta de governador e dos deputados que formarão a futura Câmara (ou Assembléia) Distrital. Mas o exercício da cidadania continuará comprometido se não forem criados mecanismos capazes de gerar a autonomia financeira, pois 60 por cento dos recursos para custear a máquina administrativa do GDF são oriundos de transferências do Governo Federal.

A advertência foi feita pelo secretário do Planejamento, Celsius Lodder, em debate com lideranças comunitárias do Guará que participavam do seminário promovido pela Codeplan para elaboração do Plano Diretor de Brasília. O secretário lembrou que se a União cortar apenas dois dias nessas transferências ocorre uma convulsão no DF, pois toda a folha de pessoal da Saúde, Educação e Segurança é bancada pelo Tesouro Nacional.

PARTICIPAÇÃO

O secretário elogiou o interesse e a forma organizada como a população está tentando influir e fazer valer seus direitos no Plano Diretor, mas alertou sobre a necessidade de ser discutida também a criação de fontes de receita para o desenvolvimento auto-sustentado de Brasília. Ele sugeriu, por exemplo, a venda dos 20 mil imóveis funcionais da União, que oneram o Tesouro com a manutenção e não pagam o IPTU, distribuição mais justa dos im-

postos, pelo nível de renda e a importância social dos gêneros comercializados.

Hoje o debate será com a comunidade do Gama, a partir das 20h, na Administração Regional, e amanhã em Taguatinga, no mesmo horário. No debate do Guará, que contou com a participação da deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF), do presidente da Codeplan, Paulo Zimbres e técnicos da empresa estatal, participaram cerca de 200 representantes comunitários.

Hoje, com aproximadamente 130 mil habitantes e frequentemente recebendo mais moradores de baixa renda em assentamentos como o do Guarazinho, na QE-38, o Guará caracteriza-se como a satélite mais próspera do DF, primeira opção da classe média expulsa pelo alto custo do Plano Piloto. Lá estabelecidas, essas pessoas exploram o potencial da cidade e não raramente melhoram de vida, sendo obrigadas a retornar ao Plano ou migrar para outros centros mais desenvolvidos, porque no Guará as possibilidades ainda são limitadas, conforme reclamou o diretor da Associação Comercial, Manoel de Souza.

“O Governo tem se preocupado em assentar favelados, o que achamos justo, mas se esquece que aqui também vive uma classe média próspera que há muito não recebe a atenção do setor público. Em consequência, quem cresce sai, e o comércio acaba penalizado”, sintetizou.